



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

**REQUERIMENTO Nº , DE 2012
(do Sr. Ângelo Agnolin e outros)**

Requer a realização de audiência pública para obtenção de esclarecimentos sobre o apagão ocorrido em outubro de 2012, que atingiu 12 Estados brasileiros.

Senhor Presidente, com fundamento nos arts. 24, inciso VII; 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do art. 58 § 2º da Constituição Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a este Órgão Técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, os Senhores: JOSÉ CARVALHO DA COSTA NETO, Presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS; FLÁVIO DECAT, Presidente de Furnas; NELSON HUBNER, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; HERMES CHIPP, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e RUBEM FONSECA FILHO, Diretor-Presidente da Companhia Energética de Brasília - CEB Distribuição S/A para prestarem esclarecimentos sobre o apagão, ocorrido em outubro de 2012.

JUSTIFICAÇÃO

Nos dias 03 e 04 de outubro de 2012 o Brasil sofreu um apagão que atingiu mais de 10 Estados, entre eles: São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Acre, Rondônia e o Distrito Federal.

Uma ocorrência dessa natureza acarreta problemas imensos ao destinatário final, o consumidor, desde a segurança à prejuízos econômicos

vultosos. Os PROCONs registraram milhares de reclamações referentes à queima de aparelhos eletrônicos, atrasos em vôos e transtornos no atendimento de serviços públicos, sobretudo procedimentos médicos nas unidades hospitalares.

Ressalta-se que o setor produtivo também foi prejudicado, principalmente o setor alimentício, como supermercados e similares, que tiveram muitos de seus produtos perecíveis deteriorados.

Uma pane dessa natureza comprova que o sistema elétrico brasileiro tem se mostrado frágil e a sociedade não pode conviver com incertezas quanto à confiabilidade desse sistema, em especial num momento pujante, de crescimento econômico e, portanto, de aumento de demanda.

O Poder Legislativo, e em especial esta Comissão, não pode se furtar a esclarecer as causas e consequências do apagão em questão, bem como conhecer as providências que estão sendo adotadas para que esse fato não mais se repita.

Em face do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de outubro de 2012.

Deputado ÂNGELO AGNOLIN

PDT/TO
